

# Educação Popular no Brasil: uma sistematização de processos e experiências desenvolvidas nos anos 1940 a 1964

Popular Education in Brazil: a systematization of processes and experiences developed from 1940 to 1964

Juliano Zancanelo Rezende\*

Maria Lúcia Duriguetto\*\*

**Resumo:** Tratamos, neste artigo, de evidenciar sistematizações analíticas sobre práticas e experiências de educação popular desenvolvidas no Brasil pelos Comitês Populares Democráticos (1945-1947), Universidade do Povo (1946-1957) e pelos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964). Nestas conjunturas históricas, práticas de educação e cultura popular são criadas ou convertidas para perspectivas pedagógicas vinculadas aos anseios das classes subalternas, potencializando-as na construção da mobilização, organização e conscientização em torno da luta e defesa de direitos e de um processo de democratização do país.

**Palavras-chaves:** Realidade brasileira; Educação e cultura popular; Projetos societários.

**Abstract:** In this article, we try to show analytical systematizations about practices and experiences of popular education developed in Brazil by the Popular Democratic Committees (1945-1947) and Universidade do Povo (1946-1957), and by the Movements of Education and Popular Culture (1958-1964). In these historical contexts, popular education practices are created or converted to pedagogical perspectives linked to the wishes of the subaltern classes, empowering them to build mobilization, organization and awareness around the struggle and defense of rights and a process of democratization in the country.

**Keywords:** Brazilian reality; Education and popular culture; Societal project.

Recebido em: 03/06/2023

Aprovado em: 30/08/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\* Assistente Social; Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF); Membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2400-6023>

\*\* Assistente Social; Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Pós-doutora pela Universidade da Calábria - Itália; Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF); Membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5800-7289>

## Introdução

Neste artigo, compartilhamos do entendimento de que experiências de educação e cultura popular, fortemente desenvolvidas entre o final de 1950 e os primeiros anos da década seguinte nos Movimentos de Educação e Cultura Popular, embora tenham enorme relevância sócio-histórica, não protagonizaram, na realidade brasileira, o florescimento de práticas educativas vinculadas aos interesses e lutas das classes subalternas<sup>1</sup>. Pinheiro (2014) analisa que a atuação dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) e da Universidade do Povo (1946-1957) constituíram uma antecipação, em vários aspectos, dos movimentos de cultura e educação popular do período 1958-1964<sup>2</sup>. Essas experiências – que tiveram uma intensa atuação de militantes comunistas – foram relevantes tentativas de mobilização e capacitação dos setores populares e de potencialização das formas de organização voltadas para a conscientização política de direitos e da luta geral pela consolidação de um regime democrático no Brasil<sup>3</sup>.

Os processos que permitem aos indivíduos experimentar de forma coletiva as contradições da realidade social possibilitam a elevação do nível de consciência e podem abrir caminhos para a formação do pertencimento de classe. No momento de grupalização, que pode ocorrer de forma mais imediata em relação a um grupo específico ou de maneira mais ampla envolvendo uma classe social, sucede a “descoberta de uma força coletiva e da vivência de sua potencialidade, de crítica dos limites de uma dada realidade e de busca de alternativas, de descoberta de limites e de exigências, reivindicações” (Iasi, 2020, p. 40-41). Entretanto, somente a experimentação dos processos coletivos, por mais intensos que sejam e que tenham certas críticas à realidade, não desnudam a complexidade das contradições da realidade vivida. Inclusive, as novas formas de consciência derivadas de experiências coletivas, mesmo

<sup>1</sup> Tendo em vista a exígua investigação sobre o tema, nos baseamos em Pinheiro (2014) sobre os Comitês Populares Democráticos, que resultou em ineditismo acadêmico. Para estudos mais regionalizados e sobre locais particulares, indicamos: Silva (2012); Amaral (2013); Monteiro (2015); e Pinheiro e Rodrigues (2018).

<sup>2</sup> Conforme já fora sugerido, de acordo com Pinheiro (2014, p. 222), por Vanilda Paiva, no livro *Educação Popular e Educação de Adultos*, publicado em 1973. Outra hipótese construída pelo autor é que “os chamados Movimentos de Educação e Cultura Popular foram um acirramento da experiência de educação popular dos Comitês Populares. Para além do período em si e da violenta repressão sofrida, essa experiência, de alguma forma, sobreviveu através da prática acumulada pelos atores que a vivenciaram, particularmente os comunistas, consubstanciada, por exemplo, nas Associações de Bairro, ativos nos anos 1950 e base de mobilização da educação popular que a seguiu. Em certa medida, o ‘caldo de cultura’, montado anteriormente, gestou e gerou as condições para que a partir de 1958 as coisas pulassem”.

<sup>3</sup> “Existiram diferenças, porém, ousaria afirmar que são mais ‘quantitativas’ do que ‘qualitativas’, se considerarmos como aspectos condensatórios de uma educação popular emancipadora: a interpretação crítica da realidade (ideologia nacional-libertadora), posicionamento e opção alternativos frente a essa realidade (democracia de participação ampliada) e orientação das ações individuais e coletivas voltadas à transformação da realidade (organização popular). Tanto os Comitês Populares Democráticos quanto os Movimentos de Educação e Cultura Popular representaram, cada um em seu momento histórico, uma alternativa emancipatória e progressista face aos processos educativos predominantes na época”. (Pinheiro, 2014, p. 222-223).

recusando em “um primeiro momento aquilo que está estabelecido, podem encontrar um novo ponto de amoldamento, mudando a forma do discurso para manter a substância da dominação” (Iasi, 2020, p. 42).

Embora seja característica histórica das experiências de educação popular a articulação com os movimentos sociais e as diversas organizações das camadas trabalhadoras e populares, existem situações em que as práticas de educação popular são “instrumentalizadas como meros meios de agitação e mobilização eleitoral, formação de bases de massa e distanciam-se da intencionalidade de ser uma função orgânica da constituição da classe e sua perspectiva revolucionária” (Iasi, 2020, p. 48).

Estamos convencidos de que não existe uma única e exclusiva perspectiva de educação popular. Ao mesmo tempo em que ela, enquanto ferramenta educativa, tem o potencial de assumir uma pedagogia crítica e própria das classes subalternas, um instrumento privilegiado de “mobilização, formação e mediação importante no processo de constituição da classe como classe” (Iasi, 2020, p. 50), também, pode assumir formas compensatórias e de adaptação à perspectivas que não objetivam o processo transformador da realidade, servindo de mediação para o ajustamento à ordem estabelecida.

Para que as práticas de educação popular possam estar a serviço dos interesses históricos da classe trabalhadora, independente de exclusiva criatividade e inovação pedagógica. O caminho está na capacidade coletiva de condução estratégica e ampliação das indignações e revoltas sociais, na habilidade de articular e condensar a fragmentação organizativa da classe trabalhadora, na qualidade e no potencial do conjunto das lutas sociais, na competência de realizar uma fecunda tarefa intelectual de pensar teoricamente as determinações mais profundas da realidade, de rever e reavaliar, permanentemente, os rumos empreendidos historicamente, cujo objetivo elementar é a transformação da realidade.

Assim, situamos o papel da educação popular como auxiliar na dinâmica de formação da classe, pois ela pode colaborar educativamente para “as tarefas organizativas e práticas, contribuindo com a qualidade desejada da ação, mas não define nem o resultado nem a qualidade final da prática política da classe” (Iasi, 2020, p. 44), tendo em vista que isso extrapola a esfera educativa e corresponde ao âmbito mais geral da luta de classes. Como os indivíduos da classe trabalhadora, mesmo atuando nas lutas sociais e se rebelando coletivamente contra as contradições da realidade, ainda pensam “o mundo e a si mesmos com os valores, ideias e representações que colheu do mundo no qual se socializou” (Iasi, 2020, p. 45), a educação popular pode colaborar para que haja uma mediação entre “as ações particulares

e a dimensão geral da luta, desvelando determinações históricas, fundamentos estruturais de nossa sociedade” (Iasi, 2020, p. 48).

Nesse sentido, explicitaremos a intervenção dos Comitês Populares Democráticos, Universidade do Povo e dos Movimentos de Educação e Cultura Popular no sentido de evidenciar suas ações em torno do fomento e indução das reivindicações em relação às condições de vida e trabalho das classes subalternas e de práticas pedagógicas e culturais que intencionavam a elevação do senso comum ao bom senso, no sentido gramsciano<sup>4</sup>. Nesse sentido, as reivindicações econômico-imediatas ecoavam em uma luta unitária entre os segmentos democráticos da sociedade por amplos direitos de cidadania. Ou seja, as ações populares e democráticas não se limitavam ao circuito restrito de pautas meramente econômicas como melhores condições de infraestrutura dos bairros ou melhores condições imediatas de trabalho, se expressavam, substancialmente, em potencialidade política de democratização efetiva das relações sociais. Além do desenvolvimento da mobilização organizada das classes subalternas por melhores condições de vida e trabalho, viabilizaram um ascenso de ativa participação política dos estratos sociais — até então marginalizados no cenário cívico-político do país — culminando em um processo curto, porém ascendente, de politização da vida urbana e rural. Essas experiências de educação e cultura popular mediaram o desenvolvimento da mobilização e organização das classes subalternas para a formação de uma consciência-em-si em níveis reivindicatórios elevados. É com a intenção de explicitar esse processo nesses dois marcos históricos de práticas e de experiências de movimentos e organizações de educação e cultura popular que este artigo se atém.

### **A centralidade das ações de educação e cultura popular nos Comitês Populares Democráticos**

Na formação social brasileira, o processo de desenvolvimento capitalista pode ser compreendido e caracterizado pela presença de dois traços típicos: uma modernização que não eliminou de forma “revolucionária” as relações sociais herdadas do passado; e no plano imediatamente político, uma recorrente exclusão da participação popular nos processos de decisão política. Dois traços assim que expressam uma modernização capitalista claramente

---

<sup>4</sup> O “senso comum” para o marxista italiano é “a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio”. O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço “mas é um produto e um devir histórico”. O senso comum “apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção [...] desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. Quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática”. O uso que Gramsci faz do termo bom senso é em modo alternativo ao senso comum” (Gramsci, 2001 *apud* Duriguetto, 2014, p. 274).

conservadora<sup>5</sup> (Fernandes, 1975, p. 210). Constantes e variados processos, que materializam essa assertiva, foram postos no período histórico aqui elucidado (1930-1964). Nos ateremos em alguns daqueles que visaram obliterar a autonomia e a liberdade de organização do movimento operário sindical, da organização partidária do Partido Comunista do Brasil (PCB) e das experiências de mobilização e organização popular das quais o Partido protagonizou seu fomento e indução.

Com a revolução de 1930 e o primeiro período varguista (1930-1945), a blindagem do regime político ao processo de ascensão das classes “perigosas” se inicia com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), o qual visa o enquadramento oficial do movimento sindical operário pelo, entre outras medidas, cerceamento de suas atividades político-ideológicas direcionadas por perspectivas nacional-democráticas, anarquistas e comunistas. O intento é imputar aos sindicatos uma postura colaborativa dada pela coibição de sua natureza conflitiva, apassivando-os e aparelhando-os ao Estado. A acentuação das atividades político-ideológicas direcionadas por aquelas perspectivas, mas protagonizada pelos militantes comunistas do PCB, se efetiva na organização de uma frente popular em oposição ao que representava o governo Vargas, a denominada Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>6</sup>. Sob o alarde do anticomunismo, a frente e os movimentos de esquerda foram brutalmente reprimidos, seja pela eliminação, pela clandestinidade ou as prisões – ações coercitivas que se legitimam no regime ditatorial do Estado Novo.

Com o novo regime que emergiu com a queda da ditadura getulista e com a saída do PCB da ilegalidade, as aspirações populares e democratizantes tiveram uma singular vazão através dos comunistas, especialmente sob a liderança do então preso político Luís Carlos Prestes. Conforme Pinheiro (2014), este período é de intenso crescimento do PCB, de recrudescimento do movimento grevista e sindical<sup>7</sup> e marcado pelo incremento da imprensa popular com a

<sup>5</sup> Nesta direção, Coutinho utiliza os conceitos de “via prussiana” formulado por Lênin – para caracterizar o modo pelo qual a “passagem” para o capitalismo no Brasil operou e adequou a estrutura e a modernização agrária às suas necessidades – e o de “revolução passiva” formulado por Gramsci – para determinar processos sociais e políticos de ‘transformação pelo alto’, promovidos pelas classes dominantes, como forma de evitar a “transformação de baixo para cima” – caracterizando assim os processos de modernização econômico-social ocorridos na constituição do capitalismo no país (ver Coutinho, 1991).

<sup>6</sup> “Mais de 1.600 sedes locais da ANL haviam brotado até fins de maio de 1935. Os elementos progressistas dentro da classe média estavam finalmente se unindo aos sindicatos trabalhistas militantes para apoiar um programa radical. A plataforma da ANL [...], pedia o cancelamento das dívidas imperialistas, a nacionalização das empresas estrangeiras e a liquidação dos latifúndios” (Skidmore, 1982, p.41).

<sup>7</sup> Segundo Mattos (2009, p. 79), neste período temos a criação de novas entidades sindicais e aumento de trabalhadores sindicalizados, que entre 1945-1946, quase dobrou de tamanho. Esse ascenso do movimento sindical resultou na necessidade de uma organização que pudesse direcionar, de forma articulada, o processo de luta no mundo do trabalho. Em 1945, surge o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), embrião da organização da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), ambas hegemonicamente dirigidas pelos comunistas.



criação de jornais comunistas em vários estados e, como órgão oficial, reaparece *A Classe Operária*.

O propósito do fortalecimento da representatividade do partido nos sindicatos juntamente com as investidas no campo das disputas eleitorais fizeram os comunistas se debruçarem na mobilização e organização popular das massas trabalhadoras por meio de um instrumento inédito em potencialidade no que se diz respeito a história das lutas populares no Brasil — os Comitês Populares Democráticos (CPDs), lançados oficialmente por Luiz Carlos Prestes em comício no Estádio do São Januário, no Rio de Janeiro, no segundo dia do mês de junho de 1945.

Os CPDs colocaram-se em ação nos bairros e favelas – os comitês de bairros – e junto aos sindicatos, principalmente naqueles nos quais o partido não compunha as instâncias de direção, destacando-se como representações por categoria voltadas para os problemas nos locais de trabalho, os chamados comitês democráticos profissionais. Essas células se constituíram de vários subcomitês que funcionavam nos locais de trabalho, e procuravam visibilizar as faltas e falhas das ações das diretorias sindicais, visando propagar o MUT e seus indicados para assumirem a liderança política nos sindicatos. A atividade interventiva dos comitês profissionais em processos de negociação com as instâncias governamentais e o patronato, “tanto nos momentos em que estiveram alinhados à ação dos sindicatos, quanto às vezes que agiram em rota de colisão com eles, foi um meio eficiente para que o PCB ganhasse penetração no meio operário” (Pinheiro, 2014, p.38).

A intervenção dos Comitês nos bairros e favelas girava em torno de reivindicações locais das camadas subalternas, buscando respostas às suas necessidades tanto pela mobilização coletiva como pela denúncia pública e política de suas condições de vida, direcionando essas reivindicações para o âmbito do Estado.

A organização do comitê de bairro partia da formação de um grupo de interessados que se transformaria numa comissão provisória constituída de presidente, secretário e tesoureiro. Esta comissão organizaria um plano de reivindicações locais; arrecadação de recursos para publicização das ações (boletins, transporte, etc.) e visitas aos moradores influentes a fim de obter o apoio e a adesão. Os CDPs tiveram acentuada presença em algumas cidades brasileiras, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro, São Paulo e na região do ABC paulista. As pautas de reivindicações incluíam educação, saúde, habitação, transporte, lazer, luta contra a carestia de vida, estudos e palestras sobre questões de ordem política, social e econômica de âmbito nacional como internacional; questões referentes à cultura popular: atividades culturais e educacionais (teatro amador, sessões de cinema, exposições, passeios culturais entre outras atividades) (Pinheiro, 2014, p. 40-43; 49).

Pela situação de alto índice de analfabetismo nacional e como os analfabetos não tinham direito ao voto, a alfabetização de adultos ganhou centralidade nas tarefas político-pedagógicas dos CPDs como tática para as classes subalternas participarem da vida político-eleitoral. Os cursos eram realizados nas sedes dos Comitês ou, em grande parte, nos cômodos cedidos pelos moradores. O desenvolvimento do trabalho nos Comitês de alfabetização de adultos pela via da educação popular teve como referência o estudo *‘A situação do ensino no Brasil’* (1945), de autoria de Paschoal Lemme, a pedido de Luiz Carlos Prestes, como sinaliza Pinheiro (2014, p. 43). Tal estudo demonstrou além do alto índice de analfabetismo nacional, sua presença desigual nas distintas regiões do país, tendo destaque para a região nordeste — por exemplo do estado de Alagoas, que contava com 77,40% de sua população em condição de analfabetismo. Também, a partir do estudo de Lemme, Pinheiro (2014), consultando a imprensa comunista da época, retrata que em Pernambuco, particularmente na região de Recife, foi elaborado pelos Comitês um plano de alfabetização de adultos, com projeção de cerca de 200 escolas populares. Em Fortaleza, no Ceará, os Comitês planejavam estabelecer escolas noturnas de alfabetização em diversos bairros populares.

Uma outra importante organização criada em 1946, na então Capital Federal, foi a Universidade do Povo (UP), concebida pela Comissão de Divulgação, Propaganda e Cultura do MUT Nacional, articulada com os Comitês Populares, trabalhadores, intelectuais e artistas, “que se aglutinaram em torno do programa mínimo lançado pelo PCB – o que não necessariamente significava uma adesão ao partido”. De acordo com seus estatutos, tinha como objetivo “elevar o nível cultural e desenvolver a educação do povo através do ensino, da preparação técnica e do alargamento da cultura de todas as camadas populares e especialmente da classe trabalhadora” (Pinheiro, 2014, p. 51). A UP oferecia suporte técnico-pedagógico aos cursos de qualificação profissional e aos de desenvolvimento intelectual e político oferecidos pelos comitês de bairros e pelos comitês profissionais. Os cursos eram oferecidos na sede e nos locais disponibilizados pelos Comitês, formando “núcleos universitários”, que contavam com a atuação de professores sócios da UP no oferecimento de aulas gratuitas. Mesmo cujo objetivo central era viabilizar cursos de alfabetização de adultos, também eram desenvolvidos cursos “artísticos, culturais e profissionais”, com duração flexível entre um mês a um ano, além da promoção de “seminários e conferências sobre assuntos de interesse nacional; criação de bibliotecas nos bairros, sindicatos e demais organizações populares; e outras atividades culturais e educacionais” (Pinheiro, 2014, p. 52-53).

A efervescência social nas cidades encontrou correspondência no meio rural onde ainda se encontrava a maioria da população brasileira, oprimida pelo latifúndio e suas oligarquias.

Devido às severas limitações colocadas pelo Ministério do Trabalho para o sindicalismo rural, as forças democráticas, sob hegemonia comunista, conseguiram promover um instrumento de organização camponesa capaz, mesmo que momentaneamente, de ultrapassar as restrições de mobilização campesina impostas pelos interesses das frações latifundiárias. Criadas pelos comunistas em várias cidades do país, as Ligas Camponesas, faziam analogia aos CPDs que se desenvolviam no perímetro urbano, numa tentativa de realizar a intenção que vinha desde a rápida existência do Bloco Operário Camponês (1928-1930) — a coalizão entre camponeses e operários.

A ascensão política do PCB entre 1945 e 1947, tanto pela via eleitoral<sup>8</sup> como pela organização popular através dos Comitês colidiu com os interesses conservadores e autoritários das classes dominantes. Contudo, essa potencialidade política edificada em torno dos movimentos sociais de base popular e sindical no início de retomada do regime democrático-liberal no país não poderia ser posta em perspectiva de processo. Em 1947, as frações das classes dominantes internas, anexadas de aptidão autoritária e antipopular enveladas com o governo “democrático” do General Dutra, sob os ventos internacionais da Guerra Fria, não admitiram passivamente o desencadeamento de uma generalização democrático-nacional no país. A repressão e a perseguição ao PCB, após ter obtido uma significativa participação nos resultados eleitorais de 1947, foram intensificadas, culminando, mais uma vez, na ilegalidade do partido<sup>9</sup>, suas sedes foram invadidas, depredadas e lacradas, seus dirigentes perseguidos e presos e seus jornais proibidos de circular. É novamente posta em ação uma repressão aberta ao sindicalismo mais combativo e ao trabalho realizado pela CTB, que é fechada pelo governo Dutra. E os ventos coercitivos também se voltam para os instrumentos de organização e mobilização democrático-popular, especialmente os ancorados nas experiências dos CPDs e das Ligas Camponesas.

Já em 1946, os Comitês Populares Democráticos começaram a ganhar forma de associações de moradores para tentar ludibriar a perseguição política. No meio rural, eram poucas as organizações campesinas que mantiveram o nome de Ligas Camponesas, como

<sup>8</sup> A partir de Braga (2003), Pinheiro (2014, p. 92) ilustra que a rápida e significativa conquista eleitoral do campo comunista em 1945 e 1947 foi acompanhada pela defesa de propostas parlamentares como: “a autonomia sindical, o direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e sargentos, a implantação do parlamentarismo, [...] a laicidade do ensino nas escolas públicas, a ampla liberdade de crença e o livre exercício de cultos, a instituição do divórcio, a reforma agrária, a participação dos trabalhadores no lucro e na gestão das empresas, a proibição do trabalho a menores de 14 anos e do trabalho noturno em indústrias insalubres a menores de 18 anos, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, a concessão do direito de greve aos funcionários públicos [...]”.

<sup>9</sup> Na Constituição de 1946 incluía-se um dispositivo no qual os partidos ‘antidemocráticos’ poderiam ser impedidos de participação na política, e o PCB foi declarado fora da lei, por decisão judicial em 1947. Em janeiro de 1948, os parlamentares comunistas, em âmbito federal, estadual e municipal, tiveram seus mandatos cassados, sendo jogados na clandestinidade (Skidmore, 1982, p. 93).



medida de proteção contra a repressão policial. Mas apesar das dificuldades de atuação política nesse cenário de perseguição e repressão, a militância comunista permanecia ativa em comunidades rurais e em bairros de diversas cidades pelo país. Na demonstração da presença da militância comunista nos anos seguintes, lembramos da criação da Fundação Leão XIII, no Rio de Janeiro, em 1947, por iniciativa da hierarquia católica, que objetivava enfrentar o que consideravam como uma “esquerdização” das camadas subalternas, influenciadas pelos comunistas. Inclusive, as ações dessa instituição socioassistencial eram norteadas pela compreensão de que “era necessário subir o morro, antes que dele descessem os comunistas” (O Estado de S. Paulo, 10/4/1960, p. 38, col. 4, supl. especial, *apud* Pinheiro, 2014, p. 145).

Portanto, o que se processou até o final do governo Dutra foi a inviabilidade de radicalização política pelas forças democráticas e populares, o que se estendeu durante os próximos governos até o final da década de 1950. Por mais que a década de 1950 contasse com um significativo reaparecimento político do movimento operário<sup>10</sup> em um cenário de repressão e controle pelo Estado<sup>11</sup>, somente a partir de 1958 que as lutas sociais ganharam um novo fôlego político diante a retomada expressiva dos movimentos sociais populares que canalizaram suas ações principalmente em torno da educação popular.

De acordo com Skidmore (1982), no meio rural, principalmente na região nordeste do país, viu-se uma nova eclosão das Ligas Camponesas e do sindicalismo rural sob o estímulo da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que havia sido criada no ano de 1954 — e que, posteriormente, foi decisiva para a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, como nos elucidou Netto (2014). Sob significativa direção dos comunistas, os movimentos de camponeses potencializaram suas

<sup>10</sup> “Levantamentos de militantes da época dão conta de 173 greves em todo o país, já em 1951, e 264, em 1952. Em destaque nesses anos, as lutas dos têxteis. Em Pernambuco e na Paraíba, em 1952; no Rio de Janeiro da virada de 1952 para 1953; e em São Paulo em 1953 (em meio a uma greve que atingiu também metalúrgicos, gráficos, marceneiros e pedreiros...), os têxteis, numericamente ainda a maior categoria do operariado industrial, enfrentaram o patronato, as decisões contrárias da Justiça do Trabalho e a repressão violenta das autoridades policiais. Entre esses movimentos, o de maior repercussão da conjuntura foi a chamada greve dos 300 mil em São Paulo” (Mattos, 2009, p.87).

<sup>11</sup> Numa clara demonstração de anticomunismo, o governo de Juscelino Kubischek ordenou o fechamento de organizações sindicais e populares sob influência dos comunistas: o Sindicato dos Trabalhadores Portuários, da Liga de Emancipação Nacional, da “Federação de Mulheres, as Associações Femininas (originadas, em grande parte, dos CPDs), a União dos Portuários, a Associação de Defesa dos Direitos do Homem e várias outras entidades” (Imprensa Popular, 23/5/1957, p. 6 *apud* Pinheiro, 2014, p.57), como diversas sedes da União dos Trabalhadores Favelados, no Rio de Janeiro, conforme Costa (2015). Segundo Pinheiro (2014, p. 55-57), em 1957, a Escola do Povo, anteriormente fundada como Universidade do Povo pela ambiência dos CPDs e que resistiu à onda repressiva do governo Dutra, foi fechada e alguns meses depois seu fechamento foi referendado por decreto presidencial: “Em maio, o Procurador da República propôs a ação de dissolução da Escola do Povo, que no final de fevereiro já havia sido arbitrariamente invadida e fechada pela polícia. O pretexto da ação centrou-se nas ligações mantidas entre a Escola do Povo e o PCB, além de que seus professores estariam fichados no DOPS como perigosos militantes comunistas. [...] Nos seus onze anos de existência, a Escola do Povo ofereceu diversos cursos gratuitos a cerca de 10 mil pessoas, conforme seus fichários apreendidos pela polícia no ano de 1957”.

reivindicações por terra pela via da reforma agrária, e nesse contexto de crescimento dos sindicatos rurais foram empunhadas diversas reivindicações dos trabalhadores do campo por melhores condições de trabalho. Em relação às bandeiras de luta camponesa, Pinheiro (2014) cita uma análise do histórico comunista Gregório Bezerra sobre a intervenção do PCB no meio rural neste momento de efervescência campesina:

A luta que tratávamos no campo não objetivava somente a sindicalização, mas incluía salário mínimo, reformas de base (principalmente a reforma agrária radical), aplicação da legislação trabalhista na zona rural e outras reivindicações imediatas que sempre tinham prioridade, tais como salário igual para trabalho igual, pagamento em dinheiro, abolição do vale para o barracão, jornada de trabalho de oito horas, pagamento de horas extras, assistência médica, hospitalar e dentária (pois, para esse fim, era descontada uma taxa da folha de pagamento do trabalhador, sem que este usufruísse de tais benefícios), aviso-prévio no caso de despejo, indenização por tempo de serviço prestado ao patrão, pagamento na boca do cofre pelas benfeitorias realizadas pelo trabalhador e por seus familiares na propriedade patronal. Todos esses direitos eram burlados pelos empregadores rurais. (...) Essas vítimas da burguesia rural não tinham a quem apelar. Estavam amordaçadas e atoladas até a garganta nos feudos dos engenhos, das usinas e dos latifúndios. Tinham medo dos capatazes, dos feitores, dos gerentes e dos patrões, dos soldados da polícia, do delegado, do promotor, do juiz, etc. Era necessário despertá-los, encorajá-los, esclarecê-los, uni-los e organizá-los nos sindicatos ou em qualquer organização de massa. E foi o que fizemos, apoiados no ascenso democrático do país (Bezerra *apud* Pinheiro, 2014, p. 109).

Junto da crescente mobilização camponesa que, inclusive, se entendeu para os primeiros anos da década de 1960, com a radicalização de suas lutas através de inúmeras ocupações de terras passíveis de reforma agrária, acontecia também uma ascensão dos movimentos populares e sindicais nas cidades. Conforme Mattos (2009), por mais que os primeiros anos do governo Kubitschek contasse com uma grande alta no poder de compra do salário mínimo devido a aceleração do crescimento industrial, no final da década e na entrada dos anos de 1960 era latente o aumento do custo de vida e as perdas salariais dos trabalhadores urbanos. O que ocasionou uma nova ebulição do movimento operário e a mobilização das massas trabalhadoras.

A principal causa das perdas salariais era a inflação decorrente do aumento das emissões e do endividamento do Estado (interno e externo) necessário à sustentação dos altos investimentos públicos previstos pelo Plano de Metas do governo Juscelino. [...] Os dados da época demonstram também que crescimento econômico e superação das desigualdades não eram sinônimos, pois, em 1960, os 70% mais pobres da população brasileira detinham 20% da renda nacional, contra os 40% apropriados pelos 6% mais ricos (Mattos, 2009, p. 90-91).

No desenrolar dessa ascensão sindical, Netto (2014) nos lembra que tal conjuntura também foi singularizada pela criação de organizações de trabalhadores não reconhecidas pela

estrutura sindical oficial do Estado, como foi o caso exemplar do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962. Além de ter sua política centrada na organização operária e incidir fortemente nas lutas sociais do campo, nesse ínterim de agitação popular do final de 1950, o PCB também empenhou esforços na organização de associações de bairros pelo país, que reativaram reivindicações importantes dos históricos Comitês Populares Democráticos.

### **Final dos anos 1950 e início da década de 1960: tempos de efervescência, de mobilização e organização popular**

Os anos 1961-64 foram marcantes na expressividade de um conjunto de forças políticas de caráter nacional-democrático ou nacional-reformista (Netto, 2014), que articularam suas reivindicações sob a bandeira das reformas de base portada pelo governo de João Goulart, que aliada a outros fatores internos e externos, constituíram determinações centrais para o golpe civil-militar de 1964.

Nesse conjunto de forças políticas, se destacam organizações e movimentos de cultura e educação popular que se desenvolviam desde 1958, no compasso da atuação dos comunistas nas experiências dos CPDs na segunda metade de 1940. A partir de então, objetivando a conscientização da classe trabalhadora sobre suas condições de vida e pela primazia da divulgação da cultura popular, novas e extensivas experiências de alfabetização de adultos, cultura e educação popular foram construídas pelos comunistas, por segmentos nacionalistas, alguns liberais e os católicos “influidos pelos novos rumos abertos pela reflexão de filósofos cristãos europeus e pelas transformações que se anunciavam na doutrina social da Igreja” (Paiva, 2003, p. 258 *apud* Pinheiro, 2014, p.150). Inclusive, segundo Netto (2014), o baixo clero da Igreja Católica e parte do apostolado leigo tiveram importante participação em tal tendência reformista e progressista da conjuntura, “visíveis principalmente na Juventude Universitária Católica (JUC), que, em 1962/1963, deu origem à Ação Popular (AP)” (p.52) – organizações destacadamente presentes em processos de educação popular e difusão da cultura popular.

Organizados pelos setores heterogêneos de veio nacional-democrático e popular acima comentados, e assumindo o protagonismo de construção e difusão da cultura e educação popular na ambiência de um “momento de renovação e de mobilização do mundo da cultura” (Netto, 2014, p.46), mencionamos: o precursor Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em Recife, em 1960; o Movimento de Educação de Base (MEB), desenvolvido na região Nordeste e em vários outros estados do país a partir de 1961; a campanha de alfabetização e educação popular “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, formulada em Natal, também em 1961

sob influência do MCP; o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, que teve seu crescimento pelo país através das experiências da UNE Volante; e a Campanha de Educação Popular da Paraíba (Ceplar), criada em João Pessoa, em 1962.

Tais movimentos e organizações possuíam diferentes clivagens ideo-políticas, mas convergiam na percepção da centralidade da alfabetização de adultos para o alargamento dos contingentes eleitorais (a região nordeste concentrava 59,8% de analfabetos e estes estavam constitucionalmente impedidos de votar), para a construção de uma nova ordem social ou de uma menos injusta. Fávero (2013, p. 49) ressalta

como elementos de impulsionamento destes movimentos, o contexto conjuntural da composição do poder na esfera federal e a programática das “reformas de base”; a centralidade da educação, que se expressou em linhas de financiamento que favoreceram um campo de experimentações educativo-culturais e, nas esferas municipais e estaduais, especialmente no Nordeste, à eleição de governantes eleitos por “frentes políticas” compostas por forças populares e democráticas, que se comprometeram com a alfabetização de adultos. Nestes movimentos, foi protagônica a participação do movimento estudantil – mediados pela UNE – e suas militâncias na Juventude Universidade Católica (JUC) e, posteriormente, na Ação Popular (AP); no Partido Comunista, bem como a participação de intelectuais e artistas.

O MCP atuou na educação fundamental, alfabetização de adultos e no fomento de ações culturais diversas que buscavam a valorização da cultura popular por meio de suas expressões nas artes plásticas, artesanato, cinema, música, teatro, folclore, entre outras<sup>12</sup>. O escopo era fomentar e induzir ações de elevação do nível cultural das classes subalternas, de conscientização e de leitura crítica da realidade. No MCP se realizou as primeiras experiências do sistema/método de alfabetização e conscientização de Paulo Freire, quando coordenava o projeto de Educação de Adultos do movimento. Em 1963, o MCP reunia em Recife 201 escolas, 19.646 alunos/as de diferentes faixas etárias, uma rede de escolas radiofônicas com 452 professores/as e 174 monitores/as, conforme Barbosa (2017, p. 84-88; 154-156) e Gomes (2020).

Foi no âmbito do MCP que se gestaram os esforços de construção de uma unidade nacional das experiências em desenvolvimento de educação e cultura popular, com a realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em 1963. Deste encontro participaram 74 movimentos, dos quais 44 trabalhavam com alfabetização de adultos,

<sup>12</sup> Eram desenvolvidas ações para desenvolver nos setores populares uma apreciação crítica da realidade social por meio das Praças de Cultura (que abrigavam bibliotecas, apresentações teatrais, cineclube); criação do Centro de Artes Plásticas e Artesanato (em que diferentes cursos eram promovidos); o circo, que foi um projeto de Ariano Suassuna, que se estendia pelos interiores, passando para as crianças, através de histórias e brincadeiras, conhecimentos e noções de higiene e saúde; o Serviço de Radiodifusão da Cultura Popular, em que se fornecia informações culturais e científicas acessíveis à compreensão popular (Liana Coelho, 2006, *apud* Barbosa, 2017, p.140-142) e (Memorial do MCP, 1986 *apud* Barbosa, 2017, p.138).

resultando, em final de 1963, na criação da Comissão Nacional de Cultura Popular e da Comissão Nacional de Alfabetização.

O MEB foi criado por um convênio entre o governo federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), visando a alfabetização de trabalhadores/as rurais e camponeses/as por meio de redes de rádios e escolas radiofônicas. A partir do final de 1962<sup>13</sup>, o movimento passa a fortalecer as relações entre agentes educadores com os grupos populares, incorporando suas demandas e expressões culturais; a desenvolver ações com os sindicatos rurais e com as Ligas Camponesas, com o desenvolvimento de cursos sobre a importância dos sindicatos e da sindicalização sob uma perspectiva de conscientização da necessidade da unidade do movimento camponês — nesta direção, tem-se a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG), em dezembro de 1963, como já indicamos. O MEB também orienta a prática da alfabetização de adultos pelos ensinamentos de Paulo Freire. Neste contexto, se espraia para outros estados e regiões, atingindo seu auge entre janeiro de 1963 e março de 1964 (Pereira; Nobre; Duriguetto, 2022).

Os idealizadores dos CPCs tiveram forte influência do MPC e tinham como proposta construir uma cultura “nacional, popular e democrática” como instrumentos de formação da consciência política operária e estudantil por meio de conteúdos sociais e políticos tratados no teatro de rua, música, cinema, entre outros e apresentados em sindicatos, ruas e praças das cidades e do interior do país. Alguns CPCs estaduais criaram núcleos de alfabetização através das práticas de educação popular em sindicatos, igrejas e salões comunitários. Em 1963, integrantes dos CPCs passaram a integrar o Programa Nacional de Alfabetização dirigido por Paulo Freire.

A Campanha educacional da prefeitura de Natal “De pé no chão também se aprende a ler”<sup>14</sup> se propunha, entre outros objetivos, a combater o analfabetismo com a criação do centro de capacitação de professores e a expansão das escolinhas (que funcionavam em locais cedidos por sindicatos, associações de moradores) e dos acampamentos escolares (barracões de

<sup>13</sup> Neste período, se processam mudanças em suas concepções ideo-políticas (as quais passam de “progressistas” para uma perspectiva anticapitalista, devido, sobretudo, às divisões ocorridas no interior da JUC, cujas forças de esquerda formaram a AP) e pedagógicas (às ações de alfabetização são articuladas a valorização da cultura e das demandas populares) Wanderley (1984); Fávero (2013); Teixeira (2008).

<sup>14</sup> A concepção da Campanha está vinculada ao resultado das eleições municipais de 1960, cuja campanha eleitoral de um ex-militante comunista, participante do levante em 1935 e preso político durante o Estado Novo sustentou-se nos “Comandos Populares” (compostos por políticos, intelectuais, líderes sindicais e de bairros), que criaram os “Comitês Nacionalistas”. Organizados por rua ou bairro, nos Comitês se debatia o imperialismo, a dependência econômica, o latifúndio, a oligarquia, o colonialismo cultural e as demandas e necessidades locais. No total foram criados 240 Comitês que discutiram e aprovaram o “programa político-administrativo do futuro Prefeito”. Foi deste programa gestado a partir de um trabalho de politização e conscientização popular que a questão educacional foi destacada como prioridade, surgindo a Campanha (Teixeira, 2008, p. 54-55).



madeira, cobertos com palha de coqueiro e o chão batido, em que eram construídas as salas de aula) e da ampliação do número de alfabetizandos/as adultos/as (pela ação dos/as estudantes secundaristas que alfabetizavam nas casas dos próprios alunos); mobilização e organização popular para o enfrentamento das necessidades vivenciadas nos territórios; a criação das praças de cultura e das bibliotecas populares inspiradas no MCP.

Na mesma direção de um trabalho com cultura e educação popular está a Ceplar, que foi liderada por católicos progressistas (da JUC e depois da AP) e por militantes e simpatizantes do PCB (Scocuglia, 2001, p. 105). Após identificação da situação educacional, sanitária e habitacional dos bairros eram realizados debates com a população para desenvolver processos de conscientização e politização, nos quais se utilizavam filmes, enquetes teatrais, palestras, cursos etc. Essa experiência foi espalhada para outros bairros acompanhada, também, da realização de seminários e cursos sobre a realidade brasileira, por meio dos quais intensificou suas relações com as organizações sindicais e operárias urbanas e, no meio rural, com as Ligas Camponesas. Neste contexto de expansão, a Ceplar passou a concentrar suas ações na alfabetização de adultos<sup>15</sup> e na cultura popular. A partir de julho de 1963, a Campanha passou a integrar o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), o que implicou na necessidade de ampliar e capacitar novas equipes de trabalho. Em março de 1963, foi assinado um convênio entre a Campanha com a prefeitura de Campina Grande para a aplicação do método/sistema de alfabetização/conscientização de Paulo Freire no município<sup>16</sup>. Com o golpe civil-militar de 1964, vistos como uma grave ameaça à ordem, praticamente todos os movimentos de alfabetização, educação e cultura popular foram extintos, sendo muitos dos seus promotores e apoiadores/as perseguidos/as, presos/as e exilados/as.

## Conclusão

O período analisado de efervescência político-social das organizações e mobilizações sociais voltados para a cultura e educação popular se expressou enquanto determinação política da questão social sob contornos das particularidades da dinâmica da luta de classes no país e suas interlocuções com o contexto internacional. Tanto no campo como na cidade, as classes

<sup>15</sup> A equipe da Ceplar também foi treinada no método/sistema de alfabetização/conscientização de Paulo Freire. Segundo Scocuglia (2001, p.67), “a opção da Ceplar pela alfabetização de adultos tinha por objetivo a ‘elevação cultural das massas populares’ visando a intervenção no processo de mobilização e organização política [...] Alfabetizar em massa seria formar eleitores e uma oportunidade concreta de dar-lhes uma consciência crítica e, em última instância, fazer a revolução pelo voto”.

<sup>16</sup> Em novembro de 1963, realizou-se uma campanha de divulgação para estudantes se engajarem na alfabetização por meio de um processo seletivo e curso de preparação de coordenadores. Se inscreveram quase 3 mil secundaristas e universitários, dos quais ficaram 100 e, destes, 55 foram escolhidos para fazer o curso que se realizou entre novembro a janeiro de 1964.

subalternas tiveram a possibilidade, mesmo que ainda embrionária, de experimentar a potencialidade de experiências coletivas que foram articuladas por práticas políticas e tarefas educativas, sob o manto da educação e cultura popular com perspectivas de projetos societários reformistas, nacionalistas e revolucionários. Como evidenciado, experiências que se iniciam na segunda metade dos anos de 1940 através dos Comitês Populares Democráticos, da Universidade Popular e das Ligas Camponesas, e que são retomadas com mais intensidade no final de 1950 e início de 1960 pelos Movimentos de Educação e Cultura Popular, quando, coletivamente e através do estabelecimento de maiores alianças entre setores heterogêneos, conseguiram difundir e prolongar manifestações que endossavam mudanças profundas para o desenvolvimento do país, por meio da luta político-cultural e popular. Neste contexto, as organizações e movimentos de cultura e educação popular assim como a ebulição das lutas sindicais e as insurgências dos movimentos camponeses estavam sintonizadas e impulsionadas pelo acirramento da luta de classes e na contratendência de preservação e aprofundamento dos fundamentos históricos das assimetrias sociais, políticas e, principalmente, econômicas do Brasil.

As práticas de fomento e indução de processos de mobilização e organização popular nos dois períodos históricos aqui expostos não possibilitaram, imediatamente, e pelas circunstâncias histórico-conjunturais particulares de seus desenvolvimentos, a construção de uma consciência de classe das camadas populares e trabalhadoras, mas é inegável que tal experimentação organizativa proporcionou uma elevação da *consciência imediata*<sup>17</sup> e *individual* para uma *consciência reivindicatória*<sup>18</sup> e coletiva. Disso, despertou em significativos segmentos das classes subalternas uma volição coletiva de democratização nacional a partir de um processo político-educativo promotor e promovido pela marcha reivindicatória que se contrapunha às piores tradições da formação social brasileira.

O afluxo sociopolítico das classes subalternas encontrou vazão nas mobilizações sociais de caráter reivindicatório, educativo e cultural, enquanto maneira articulada de enfrentar as mazelas sociais de uma organização societária que, além de as produzir, as intensificam pela impositiva dinâmica de desenvolvimento social e econômico do país, ainda mais dependente

<sup>17</sup> “Desenvolve-se na vida cotidiana um nível de consciência individual e imediato, no qual seu entorno, seus interesses particulares e seus atos são vivenciados e interpretados. [...] Desenvolve-se aqui o que Gramsci trata como senso comum, uma forma rudimentar de conhecer o mundo, que o concebe de maneira desagregada e desistoricizada, e que pensa a realidade como algo já dado e independente do sujeito.” (Duriguetto e Montaña, 2011, p.101);

<sup>18</sup> “A situação percebida como individual agora é vista como coletiva, comum. Ao identificar as semelhanças nas condições de vida, ou de algum aspecto dela, os indivíduos podem desenvolver uma identidade e uma consciência reivindicatória, que deriva numa ação grupal reivindicatória.” (*Ibidem*, p.103);

aos interesses imperialistas. Sob o pensamento de Florestan Fernandes, Netto (2014, p. 48) retrata que a disputa pelo desenvolvimento social e econômico do país, que se adensou pela onda nacional-democratizante e de estouro das lutas populares, remetia-se que “os limites de uma democracia restrita estavam sendo forçados, para abrir o passo a uma democracia de participação ampliada”. Mas como já aqui sinalizamos, o caráter reacionário e antipopular das classes dominantes internas, que se sintetizava na histórica volição anticomunista das forças de direita no país, não permitiu que a via nacional-democratizante de desenvolvimento para o Brasil pudesse se processar historicamente. O regime de ditadura civil-militar neutralizou os movimentos sociais da classe trabalhadora que edificavam a perspectiva democrático-popular para sociedade brasileira. No entanto, o que não foi possível de ser suprimido do conjunto das relações sociais foi a própria condição estrutural de conflitividade entre as classes opostas em uma sociabilidade acirrada na exploração, dominação e opressão singularizada pelas condições que estruturam a formação social e econômica do Brasil.

### Referências bibliográficas

- AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. “Trabalhadores, partido e movimentos sociais: a experiência dos Comitês Democráticos Populares em Niterói (1945-1950)”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH: Natal, 2013.
- BARBOSA, Leticia Rameh. “Movimento de Cultura Popular em Pernambuco. Evolução e impactos na sociedade” — *Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB*, 2017.
- COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. “A questão dos intelectuais em Gramsci”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3.ed. — São Paulo: Cortez, 2011.
- FÁVERO, Osmar. “Paulo Freire: primeiros tempos”. In: GUERRA, Marcos; CUNHA, Célio da. “Sobre as 40 horas de Angicos, 50 anos depois”. In: *Em Aberto*, Brasília, v. 26, n. 90, p. 1-226, jul./dez. 2013.
- FLORESTAN, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. “Sentidos da educação popular na história”. In: *Movimento - Revista de Educação*, Niterói, ano 7, n.12, p. 30-53, jan/abr. 2020.
- IASI, Mauro Luis. “Educação Popular e Consciência de Classe”. In: (Org.) FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine. *Serviço Social, Favelas e Educação Popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 31-52.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MONTEIRO, Claudia. “A luta por um partido de massas: o PCB e os Comitês Democráticos Populares no Paraná”. In: *Anais do VII Congresso Internacional de História*. PPGH/UEM, Maringá, 2015.

- NETTO, José Paulo. *Pequena História da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- PEREIRA, Evelyne Medeiros; NOBRE, Ma. Cristina Q.; DURIGUETTO, Ma. L. “Nordestino sim, nordestinado não. Questão regional, luta de classes e resistências populares no nordeste brasileiro”. In: GONÇALVES, André de M; FRANÇA JÚNIOR, R. P; SOUSA, Tatiana R. *Serviço Social e questão regional*. Campina Grande, EDUFCG, 2022.
- PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. “Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada”. *Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2014.
- PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira; RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira Bauer. “Movimento social, cidadania e educação na experiência dos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense (1945-1947)”. In: *Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão*, v, 2018, Niterói. Anais V CEDUCE, v. 2, 2018.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Histórias da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire, 2001.
- SILVA, Raquel Oliveira. “O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)”. *Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, 2012.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TEIXEIRA, Wagner da Silva “Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular” (1958-1964). *Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense*, 2008.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar. Educação popular, igreja católica e política no movimento de educação de base*. Petrópolis: Vozes, 1994.